

BÚZIOS, CIDADE INTELIGENTE OU DESTINO INTELIGENTE?

BÚZIOS, SMART-CITY OR SMART-DESTINATION?

JOÃO ALCANTARA DE FREITAS¹

1. Definição do Problema

Em 2011, a concessionária de energia elétrica Ampla Energia e Serviços S.A. deu início ao projeto Cidade Inteligente Búzios, que objetivava transformar a cidade localizada na Região dos Lagos do Rio de Janeiro na primeira cidade inteligente da América Latina – título reivindicado por outras cidades. A cidade de Armação dos Búzios é um dos destinos turísticos brasileiros mais reconhecidos internacionalmente; entre 2008 e 2014 a cidade captou, em média, 7% (variando entre 6,2 e 8,3%) dos turistas estrangeiros que visitaram o Brasil. (Ministério do Turismo, 2015).

A pesquisa iniciada durante o mestrado pretendia escrutinar em que medida as ações do projeto Cidade Inteligente Búzios afetariam a vida da população buziana. Optou-se por uma pesquisa qualitativa que primasse em compreender a percepção dos moradores em relação ao projeto. Na ocasião, percebeu-se, a partir da visão dos entrevistados, o pouco envolvimento da população com a iniciativa da concessionária.

Conceitualmente, identificou-se um hiato entre um projeto que propunha a implementação de um *smart grid* (rede inteligente de fornecimento de energia elétrica) e os conceitos de *smart city*. Nesse esforço investigativo fora pontuado as dificuldades de se trabalhar um objeto do gerúndio – algo que estavam pensando, elaborando, desenvolvendo. Já que a pesquisa para a dissertação se encerraria e o projeto investigado continuaria a ser desenvolvido.

A pesquisa do mestrado revelou que a maioria dos entrevistados estava a margem do projeto em desenvolvimento na cidade. Além disso, observou-se que os investimentos se concentravam em partes turísticas. Acselrad (1999) aponta que a assimetria dos investimentos nas áreas urbanas tende

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Email: joaofreitas@id.uff.br

EDIÇÃO ESPECIAL: DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

a promover uma segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não-atendidas por tais serviços.

Além disso, em um dos vídeos institucionais de divulgação do projeto, a empresa Ampla S/A afirma que um dos fatores que contribuiu para a escolha de desenvolver o projeto em Búzios foi o fato de “ser uma cidade turística com visibilidade internacional”. Embora a empresa não utilize “destino inteligente” no seu discurso, cabe investigar como os turistas percebem o desenvolvimento do projeto Cidade Inteligente Búzios. A partir dessa ideia, questiona-se: o que separa, conceitualmente, uma cidade inteligente de um destino inteligente?

2. Revisão da literatura

Nesse contexto de intervenção tecnológica no tecido urbano, percebe-se uma série de títulos que podem parecer sinônimos, mas que, na realidade, não são. Hollands (2008) destaca que as pessoas são constantemente bombardeadas com uma ampla gama de adjetivos para a cidade: esperta, inteligente, inovadora, *wired*, digital, criativa e cultural; que muitas vezes ligam transformações de TI a mudanças no desenvolvimento.

Hollands (2008) e Nam e Pardo (2011) apontam que não há uma definição consensual para o conceito de “cidade inteligente”. Destaca-se que, por se tratar fortemente de um campo de inovação tecnológica, grande parte das pesquisas desenvolvidas sobre o assunto é dominada por abordagens técnicas. Caragliu *et al.* (2009) desenvolveram um levantamento interessante de ideias recorrentes nos projetos e pesquisas de cidades inteligentes, mapeando um possível caminho para se construir um conceito. No contexto da análise, os autores apresentam uma “definição operacional de smart city”:

Acreditamos que uma cidade é inteligente quando os investimentos em capital humano e social e infraestrutura de comunicação – tradicional (transporte) e moderno (Tecnologia de Informação e Comunicação) – são combustível para o crescimento econômico sustentável e uma elevada qualidade de vida, com uma gestão racional dos recursos naturais, através de uma governança participativa. (CARAGLIU *et al.*, 2009. Tradução própria)

Segundo Freitas (2013), a definição proposta não faz jus ao profícuo debate levantado pelos autores. Utiliza-se indiscriminadamente termos como “capital humano e social”, “crescimento econômico sustentável”, “gestão racional de recursos naturais” e “governança participativa”, sem preocupação de defini-los, o que dificulta uma compreensão unívoca. Não é à toa que esta definição

EDIÇÃO ESPECIAL: DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

aparece recorrentemente em projetos; a definição é tão generalista que acomoda as mais diversas propostas e interesses.

Harrison *et al.* (2011) também atentam que o conceito não é nenhuma novidade. Tem origem na década de 1990 com o movimento intitulado *Smart Growth*, que defendia políticas alternativas de planejamento urbano. Curiosamente, a partir da década de 2000, várias empresas de tecnologia (Siemens, Cisco, IBM, principalmente) passaram a associar o termo *Smart City* à aplicação de complexos sistemas de informação que integram infraestrutura e serviços urbanos.

Cabe mencionar também o visionário trabalho de Robert Hall (2000), que, antes mesmo da consolidação desses projetos, já falava das pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na área. Quase profeticamente, ele conclui seu texto:

Uma visão de cidade do futuro foi apresentada – uma que se apoia na integração da ciência e da tecnologia com sistemas de informação. No futuro será necessário repensar as relações entre governo, gestores urbanos, negócios, academia e pesquisadores da comunidade. O título dessa visão é *Smart Cities*. (HALL, 2000, p.6)

As inovações em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) exercem papel central nos projetos de cidades inteligentes, como bem destacam Kanter e Litow (2009). No entanto, é preciso considerar que mais importante do que a tecnologia em si é o uso que se faz dela: o determinante é a maneira que a tecnologia é utilizada para melhorar a vida da população. (Hollands, 2008)

Strapazzon (2009) e Weiss *et al.* (2013) investigam como algumas cidades brasileiras estão se transformando em cidades inteligentes. Ambas as pesquisas destacam a importância da gestão pública desse processo, na linha do que Johnston e Hansen (2011) chamam de *Smart Governance*.

Debruçado sobre o conceito de Cidades Criativas, Florida (2005) destaca a importância das pessoas nesse processo. O autor alvitra que a cidade deve ser um espaço agradável para se viver e, dessa forma, atrair a *classe criativa* (Florida, 2002).

Greenfield (2013) critica o viés tecnicista de alguns conceitos e projetos. Segundo ele, é um erro o pressuposto de que a cidade inteligente é algo uniforme, uma coleção de tecnologias que, uma vez implantada, funcionará de forma consistente. As cidades não são tão dóceis assim, são produtos de geografias específicas, meios sociais e, principalmente, habitantes. Não seria possível viver em uma realidade urbana informatizada desconsiderando a fisicalidade da cidade e dos atores sociais.

EDIÇÃO ESPECIAL: DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

Nesse contexto, cabe refletir acerca das diferenças conceituais entre os destinos inteligentes e cidade inteligentes.

O destino turístico não necessariamente respeita os limites geográficos da cidade: ou seja, a cidade tem partes que são turísticas e outras que não são. Sublinha-se ainda que a interação dos turistas com o lugar é diferente, pois essa começa antes mesmo do turista ir até a localidade. (Luque Gil *et al.* 2015)

Mata *et al.* (2013) defendem que o destino não pode ser inteligente só para o turista; as TIC's devem ser utilizadas a favor da gestão e planejamento. Tais tecnologias contribuem para uma maior integração das empresas do setor e os órgãos públicos, o que favorece parcerias e torna, como um todo, o destino mais competitivo.

López de Ávila e García Sánchez (2013) também destacam algumas diferenças. Os destinos turísticos inteligentes estão ligados ao incremento de sua competitividade e a melhora da experiência do turista. Enquanto as cidades inteligentes estão orientadas a melhorar sua governabilidade e a qualidade de vida de seus moradores.

3. Metodologia

Após a conclusão da pesquisa de mestrado, notou-se o quanto o tema cidades inteligentes é ainda um campo nebuloso, sendo necessário perscrutar as investigações que estão sendo desenvolvidas. Dessa maneira, para o doutorado, pretende-se desenvolver, primeiramente, uma revisão bibliográfica sistemática.

Ainda que tal metodologia não seja tão cara às ciências sociais, defende-se sua relevância em um contexto em que as pesquisas estão dispersas. Cook *et al.* (1997) apontam que a revisão bibliográfica sistemática permite ao pesquisador compilar dados, depurar hipóteses, identificar métodos de pesquisa adotados, e, principalmente, contribuir com pesquisas futuras. Pretende-se ainda retornar a campo e entrevistar os turistas, no intuito de compreender se percebem a cidade de Búzios como um destino inteligente.

4. Resultados esperados

A pesquisa ainda está sendo desenvolvida, mas, a partir da revisão bibliográfica, trabalha-se com a hipótese de que uma cidade inteligente não é, necessariamente, um destino inteligente. Da mesma forma que um destino inteligente não é necessariamente uma cidade inteligente. Tal contestação não se apoia somente em diferenças conceituais, mas, a partir da percepção de que as demandas dos turistas e dos cidadãos são distintas. A hipótese em questão põe em cheque a máxima

EDIÇÃO ESPECIAL: DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

repetida *ad nauseam* de que a cidade boa para o turista é a cidade boa para o morador; ideia já relativizada por Yáziqi (2012).

A pesquisa pretende evidenciar ainda a amplitude de ambos os conceitos e explorá-los como uma possibilidade de dirimir os problemas urbanos, enfrentados tanto no cotidiano quanto durante as viagens.

5. Referências

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 79-90, 1999.

BRASIL, M. D. T. **Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil -2014**. Brasília: FIPE, Mtur, 2015.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. **Serie Research Memoranda** (VU University Amsterdam, Faculty of Economics, Business Administration and Econometrics), 2009.

COOK, D.; MULROW, C.; HAYNES, R. Systematic review: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, v. 126, n. 5, p. 376-380, 1997.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, R. **Cities and The Creative Class**. New York: Routledge, 2005.

FREITAS, J. **Cidade Inteligente Búzios: entre paradigmas e percepções**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GIL, A.; FERNÁNDEZ, B.; HERRERO, J. Los destinos turísticos inteligentes en el marco de la inteligencia territorial: conflictos y oportunidades. **Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 12, p. 1-25, 2015.

GREENFIELD, A. **Against the Smart City (The City is Here for You to Use)**. New York: Do Projects, 2013.

HALL, R. **The Vision of Smart Cities**. 2nd International Life Extension Technology Workshop. Paris, France: [s.n.]. 2000.

HARRISON, C.; DONNELLY, I. A. **A Theory of Smart Cities**. 55th Annual Meeting of the ISSS. Hull, UK: [s.n.]. 2011.

EDIÇÃO ESPECIAL: DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

HICKS, R. **The Smart Grid: Where We Are Today and What the Future Holds.** (MBA/MS 2012 Erb Renewable Energy Scholar). Michigan: ERB Institute. University of Michigan, 2012.

HOLLAND, R. G. Will the real smart city please stand up? **City**, n. 12, 2008. pp. 303-320.

JOHNSTON, E.; HANSEN, D. Design Lessons for Smart Governance Infrastructures. In: INK, D.; BALUTIS, D.; BUSS, T. **Transforming American Governance: Rebooting the Public Square?** New York: National Academy of Public Administration, 2011. p. 197-211.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. **Informed and interconnected: A Manifesto for Smarter Cities.** [S.l.]: Harvard Business School, working paper 09-141, 2009.

MASSOUD AMIN, S.; WOLLENBERG, B. F. Toward a smart grid: Power delivery for the 21st century. **IEEE Power and Energy Magazine**, 2005.

MATA, A.; VÁSQUEZ, I.; MILLÁN, R. Innovación, inteligencia y turismo, claves para la gestión en destinos. **Revista Amazónica Ciencia y Tecnología**, n. 2, p. 104-119.

MATTHEW, R. A.; HAMMILL, A. Sustainable Development and Climate Change. **International Affairs**, 85: 6 2009. 1117-1128.

MUÑOZ, A.; SÁNCHEZ, S. Destinos turísticos inteligentes. **Harvard Deusto Business Review**, n. 224, p. 58-67, 2013.

NAM, T.; PARDO, T. A. **Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People and Institutions.** 12th Annual International Conference on Digital Government Research. College Park: [s.n.]. 2011. p. 282-291.

STRAPAZZON, C. L. Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias “cidades inteligentes”. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 22, n. 6, 2009. 89-108.

WEISS et al. Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. **ALTEC 2013: XV Congresso Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia**, Outubro 2013. Disponível em: http://www.altec2013.org/programme_pdf/1511.pdf Acesso em: 04/12/2013.

YÁZIGI, E. Mitos, equívocos e desafios do planejamento turístico. **International Journal of Safety and Security in Tourism & Hospitality**, v. 1, p. 33-74, 2012.